



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 405/2021**

**REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 1788/2021**

**RELATOR: MARCELO LESSA**

**Ementa: INDICA AO EXMO, SR. PREFEITO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI QUE DISPONHA SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PETRÓPOLIS - FMDPD.**

**I- Relatório:**

Trata-se de uma Indicação Legislativa de autoria do Dr Mauro Peralta **INDICA AO EXMO, SR. PREFEITO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI QUE DISPONHA SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PETRÓPOLIS - FMDPD.**

Preliminarmente, cumpre esclarecer as competências da Comissão de Finanças e Orçamentos:

**Art. 35.** Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:

**II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:**

- a)** aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- b)** elaboração da redação final do Projeto de Lei Orçamentária;
- c)** exame e parecer sobre projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos adicionais e sobre as Contas apresentadas anualmente com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, coordenando as demais Comissões Permanentes, que funcionam como Subcomissões no exame dessas matérias;
- d)** tomada de Contas do Prefeito Municipal, na forma do inciso XI do art. 38 da Lei Orgânica do Município;
- e)** acompanhamento e fiscalização orçamentária diante de indícios de despesas não autorizadas, na forma do que consta do art. 124 da Constituição Estadual e seus parágrafos;
- f)** fixação de subsídio dos membros da Câmara Municipal, do Prefeito e Vice-Prefeito, na forma dos incisos V e VI do art. 29 da Constituição Federal, e observado o que dispõe o art. 128 deste regimento.
- g)** proposições que fixem ou reajustem os vencimentos do Funcionalismo da Prefeitura e da Câmara;
- h)** exame e emissão de parecer sobre todas as proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;

**II- Justificativa :**

Esta proposição visa demonstrar ao Sr. Prefeito a necessidade do envio de um Projeto de Lei a esta casa para que seja aprovada a criação do Fundo Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência – FMDPD, do Município de Petrópolis.

A criação do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FMDPD, como Unidade Orçamentária, será um instrumento essencial para auxiliar na captação de recursos externos que, agregados ao Orçamento Municipal, incrementarão o financiamento das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência da Cidade de Petrópolis, promovendo sua autonomia, independência e participação efetiva na sociedade, além do fortalecimento do controle social.

Nesse sentido, a criação do Fundo Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência – FMDPD só vem a corroborar com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada pelo Brasil como Emenda Constitucional (Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015), marcos legais definitivos para emancipação das pessoas

com deficiência brasileiras, que garantem os direitos de todas as pessoas com deficiência em igualdade de condições e oportunidade com as demais pessoas.

Para que as Políticas Públicas de conscientização, realização de fóruns, esclarecimento a população, ações de defesa de direitos e captação e repasses de fundos nacionais e internacionais possam ser implementadas e executadas e fundamental a criação deste fundo municipal

O Por todo o exposto, nos manifestamos FAVORAVELMENTE à tramitação desta Indicação Legislativa .

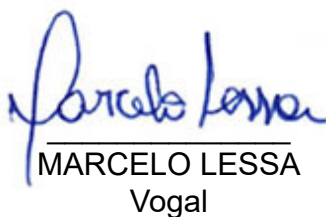
### III – Parecer das Comissões:

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos (Vogal) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação desta Indicação Legislativa .

Sala das Comissões em 05 de Maio de 2021



JÚNIOR CORUJA  
Vice - Presidente



MARCELO LESSA  
Vogal



GIL MAGNO  
Vogal